



PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UESC - PROIC - ICV

Projeto de Pesquisa do Orientador e Plano de Trabalho do Discente

Projeto de Pesquisa

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO

Título do Projeto: **Investigando a interação argumentativa: teoria e análise**

Envolverá pesquisa com Humanos, Animais ou OGMs (*Organismos Geneticamente Modificados*)?

() sim (X) não

Dados das discentes

1. Nome: Ana Débora Cruz Aboboreira	Matrícula: 202010441
Curso: Letras – Português/Inglês	Ingresso por ações afirmativas: () sim (X) não
2. Nome: Mariana Santos Reis	Matrícula: 202011186
Curso: Letras – Português/Inglês	Ingresso por ações afirmativas: () sim (X) não
3. Nome: Brenda Maurício Oliveira Costa	Matrícula: 202010442
Curso: Letras – Português/Inglês	Ingresso por ações afirmativas: () sim (X) não
4. Nome: Daniele Pereira dos Santos	Matrícula: 202010883
Curso: Letras – Português/Espanhol	Ingresso por ações afirmativas: (X) sim () não

RESUMO

Este projeto de pesquisa situa-se na área de conhecimento de Letras e dedica-se aos estudos da argumentação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa/interpretativa de cunho exploratório, que mobiliza procedimentos bibliográfico, documental e de estudo de caso. Tem como objetivo geral ampliar conhecimentos sobre as práticas de discussão de temas sociais controversos que circulam na sociedade brasileira, por meio do exame das especificidades da interação argumentativa. O quadro teórico assume a perspectiva interacional da argumentação de Plantin (2008) e Grácio (2010) e o modelo de análise de Padilla, Douglas e López (2011). O *corpus* constitui-se de textos coproduzidos por quatro interações argumentativas distintas acerca de temas sociais controversos. As análises focalizam o contexto sócio-histórico da controvérsia em questão, o quadro situacional de comunicação, os tópicos (*topoi*), os esquemas argumentativos e os procedimentos ilativos, as marcas linguístico-enunciativas da argumentação, bem como a dinâmica da troca interacional argumentativa entre seus participantes. Espera-se que os resultados se desdobrem em novos estudos sobre as especificidades da interação argumentativa e a coprodução do texto oral argumentativo, e ofereçam material para a construção de objetos de ensino de argumentação.

Palavras-chave: Argumentação. Questão argumentativa. Argumentário. Estratégias argumentativas.

DADOS COMPLEMENTARES DO PROJETO

JUSTIFICATIVA

Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1998, já se faz presente a recomendação de incorporar a argumentação no ensino de língua portuguesa, o que se acentua com o destaque que a Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018, dá à argumentação em sua competência geral número 7: “Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta” (Brasil, 2018, p. 9). Esse breve contexto de 26 anos denuncia uma lacuna histórica dos currículos dos cursos de Letras no Brasil no que se refere à argumentação e ao seu ensino. E, diante dessa urgência, justificam-se os esforços acadêmicos que vêm sendo realizados para construir saberes sobre a argumentação, que expandam a visão sobre as práticas sociais argumentativas para além da redação do ENEM, do debate escolar simulado, do debate político eleitoral televisionado ou da discussão erística cotidiana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dispõe que os eixos integradores de ensino-aprendizagem de língua portuguesa consistem nas práticas de linguagem de oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica. Concernente à argumentação, para além da competência geral número 7, o documento oficial preconiza que as práticas de leitura devem garantir que o estudante possa “estabelecer relações lógico-discursivas variadas (identificar/distinguir e relacionar fato e opinião; causa/efeito; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.)” (Brasil, 2018, p. 72), enquanto que o ensino das práticas de produção textual – aquelas “relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos [...]” (Brasil, 2018, p. 76) – deve articular a alimentação temática com a construção da textualidade, ou seja, garantir que o estudante aprenda, de um lado, a “selecionar informações e dados, argumentos e outras referências em fontes confiáveis impressas e digitais, organizando em roteiros ou outros formatos o material pesquisado, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum, quando for esse o caso) e contemple a sustentação das posições defendidas” (Brasil, 2018, p. 77) e, de outro, a “organizar e/ou hierarquizar informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico discursivas em jogo: causa/efeito; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.” (Brasil, 2018, p. 77). Diante dessas orientações da BNCC, podemos destacar três aprendizagens, cujos descritores de habilidades estão assim redigidos:

EM13LP02: Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua **progressão temática, e organizando informações**, tendo em vista as condições de produção e as **relações lógico-discursivas envolvidas** (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.) (Brasil, 2018, p. 506, grifos nossos).

EM13LP05: Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os **movimentos argumentativos** (sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários (Brasil, 2018, p. 507, grifos nossos).

EM13LP12: Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a **sustentação das posições defendidas**. (Brasil, 2018, p. 508, grifos nossos).

A despeito da importância que a argumentação passa a ter na escola graças à BNCC, é preciso salientar que a sinalização do documento é mínima e precária ao reduzir a argumentação a algumas palavras-chave como relações lógico-discursivas de causa e efeito, tese e argumentos, problema e solução, argumentos por definição e por exemplo, etc.), posicionamentos, movimentos argumentativos de sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação, mecanismos linguísticos. No entanto, é clamoroso o descompasso entre o que, minimamente, o documento oficial do ensino brasileiro entende como argumentação e o que os currículos das licenciaturas em Letras garantem para o ensino-aprendizagem de argumentação no Brasil. Na maioria dessas licenciaturas, não há disciplina que contemple os estudos da argumentação no sentido de capacitar os estudantes a conhecer e a desenvolver mecanismos cognitivo-discursivos essenciais (mecanismo reflexivo e mecanismo de revisão de perspectiva) à aprendizagem e ao exercício do pensamento reflexivo (Leitão, 2011) ou da criticidade, na acepção freiriana, o que exige investimento nos estudos das interações argumentativas.

Além da urgência educacional apontada, o próprio campo dos estudos argumentativos convive com seus embates e suas incertezas, convocando a comunidade acadêmica a participar das discussões e incrementar suas teorias, modelos, conceitos, categorias, metodologias. Diante do problema do panargumentativismo – teorias que postulam que a argumentação é inerente à linguagem e que, portanto, o ser humano está sempre a argumentar – e, conseqüentemente, da necessidade de demarcar a especificidade da argumentação, Grácio (2010; 2011) formula uma produtiva distinção entre argumentatividade (discurso argumentado) e interação argumentativa (argumentação). Segundo o autor, a argumentatividade produz discursos argumentados que possuem uma força projetiva inerente ao uso da língua, com ênfase nos mecanismos de orientação enunciativa, uma força configurativa inerente ao discurso, com ênfase nos mecanismos de influência discursiva e uma força ilativa (raciocinativa) relativa a processos de raciocínio postos em ação no discurso, com ênfase nos mecanismos de inferência, ao passo que a argumentação em si ocorre numa interação argumentativa, que, além de possuir as três forças inerentes da argumentatividade, se caracteriza por três aspectos:

A existência de uma oposição entre discursos (ou seja, em que é requerida a presença de um discurso e de um contradiscurso numa situação de interação entre, pelo menos, dois argumentadores);

A alternância de turnos de palavras polarizados num assunto em questão, tendo em conta as intervenções dos participantes;

Uma possível progressão para além do díptico argumentativo inicial, em que é visível a interdependência discursiva, ou seja, em que de algum modo o discurso de cada um é retomado e referenciado no discurso do outro.

A literatura do campo da argumentação tem mostrado que as práticas sociais de discussão de controvérsias públicas podem ocorrer por meio de interações constituídas pelo diálogo ou pelo monólogo, caracterizando, assim, duas formas prototípicas do ato de argumentar. Todavia, como pontua Damasceno-Morais (2020, p. 148), “enxergar de perto os meandros das interações nos momentos em que o desacordo se manifesta [...] amplia nossa forma de compreender a argumentação”, pois “argumentar não é apenas um jogo de argumentos e contra-argumentos” e ultrapassa a “mera troca de razões/justificativas”, se observarmos “todo o aparato que abriga uma interação argumentativa”, como “as reações, os efeitos perlocutórios de uma fala, o resultado final de uma negociação, a forma como uma intervenção pode interferir nas atitudes de alguém, tudo isso precisará sempre ser (re)visto em conjunto, e não separadamente, o que metodologicamente pode nos levar a resultados mais instigantes e menos mecanizados, como usualmente acontece em elaboração de meras listas de argumentos”. Em outras palavras, esta pesquisa se justifica também pela pretensão de dar sua contribuição à produção de conhecimentos sobre a interação argumentativa.

OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é ampliar conhecimentos sobre as práticas de discussão de temas sociais controversos que circulam na sociedade brasileira sob a forma de interações argumentativas, para que sirvam de base a futuros desenvolvimentos de objetos de ensino de argumentação para aulas de língua portuguesa na educação básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dada a preferência pela análise de textos argumentativos monológicos, os objetivos específicos desta pesquisa são (1) compreender os distintos contextos sócio-históricos das interações argumentativas constituintes do *corpus* desta pesquisa, (2) examinar a construção dos argumentos em suas dimensões pragmática, lógico-discursiva e enunciativa em distintas situações de interação argumentativa e (3) explorar as características da dinâmica das interações argumentativas.

REVISÃO DE LITERATURA (OU MODELO TEÓRICO)

O campo da argumentação

É consenso (não significa que seja inquestionável) na literatura da área que as teorias da argumentação configuram uma reinvenção dos estudos do sistema lógico, dialético e retórico por séculos deslegitimados (cf. Plantin, 2008), as quais foram influenciadas por duas obras basilares, a saber: o *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, e *Os usos do argumento*, de Toulmin. Ambas as obras foram publicadas em 1958 e, embora apresentem bases teóricas distintas, são dotadas, segundo Plantin (2010, p. 11), de um mesmo objetivo, pois seus autores “procuram, no pensamento argumentativo, um meio de fundar uma racionalidade específica, própria às coisas humanas”. Em outras palavras, isto quer dizer que nenhuma das concepções de argumentação erigidas por esses autores se confunde com a ideia de demonstração construída por meio de raciocínio lógico, marcada pela atemporalidade e universalidade de esquemas, tipologias e modelos abstratos, pois a argumentação está presente nas mais distintas práticas sociais de linguagem e, conseqüentemente, caracteriza-se por sua dinamicidade e multidimensionalidade, compreendendo que os fenômenos argumentativos possuem sua dimensão cognitiva, linguística, interativa, afetiva, filosófica, lógica, retórica, social, textual, discursiva, histórica, cultural e ideológica.

Como desdobramento de uma longa história de deslegitimações e reinvenções ou renascimentos, podemos encontrar, atualmente, um panorama muito amplo de perspectivas sobre a argumentação, a partir do qual é possível listar, pelo menos, uma dezena de distintas teorias da argumentação, as quais são representadas por renomados autores como revela a obra *Introdução às Teorias da Argumentação* organizada por Piris e Grácio (2023): Perelman e Olbrechts-Tyteca, Toulmin, Grize, Meyer, Van Eemeren e Grootendorst, Walton, Blair e Johnson, Aune, McGee e McKerrow, Ducrot e Anscombe, Plantin, Angenot, Amossy, entre outros. Afora isso, há tantas outras disciplinas que procuram explorar os fenômenos argumentativos a partir de seus pressupostos teóricos, como o fazem algumas correntes da Linguística Textual e dos Estudos Discursivos, recorrendo, às vezes sim, às vezes não (uma opção questionável, porque se opta por negligenciar a literatura da área), às obras que constituem a argumentação enquanto disciplina e campo de pesquisa.

Cada teoria da argumentação é, de um modo ou de outro, uma retomada de ideias que outrora e alhures ocuparam espaço legítimo na academia, defendendo e rechaçando perspectivas de pensamento e posicionamentos políticos de sua época. E, igualmente, como a atualização de uma matriz epistemológica não ocorre sem os movimentos de aproximação e distanciamento entre perspectivas teóricas, é pertinente compreender também o contexto geral da produção do conhecimento que constitui o campo de investigação da argumentação.

Nesse quadro amplo em que a argumentação está associada às distintas práticas sociais de linguagem, não é possível ainda evitar a polissemia do próprio termo “argumentação”, pois podemos encontrar na literatura da área não apenas inúmeras maneiras de conceber a ideia de argumentação, mas também inúmeras, distintas e antagônicas concepções de língua, linguagem, fala, interação, diálogo, prática, contexto, texto, discurso etc. E esse é um fator que coopera para a profusão de possibilidades de entendimento sobre a natureza da própria argumentação enquanto objeto de estudo, haja vista que uma dada concepção de língua ou de interação, por exemplo, orientará um ponto de vista sobre a argumentação. Nesse sentido, além das perspectivas de estudos da argumentação acima citadas, podemos notar a diversidade teórica e metodológica acerca dos estudos sobre a argumentação advinda de outras disciplinas, como atestam as contribuições das teorias da enunciação, da pragmática, da linguística textual, do discurso, bem como das abordagens cognitivas e da linguística aplicada.

A perspectiva interacional da argumentação

Neste projeto de pesquisa, assumimos a perspectiva interacional da argumentação, tal como pode ser flagrada na seguinte definição oferecida por Plantin, em seu *Dicionário da Argumentação*:

A argumentação é o conjunto de atividades verbais e semióticas produzidas numa situação argumentativa instituída a partir de uma questão argumentativa a qual os argumentadores oferecem respostas contraditórias organizadas em um discurso e um contradiscurso; uma situação argumentativa pode se manifestar em diferentes graus e tipos de argumentatividade, de acordo com os modos de relação estabelecidos entre discurso e contradiscurso e os parâmetros interacionais e institucionais que enquadram a situação de discurso (Plantin, 2016, p. 76, tradução nossa).

Lopes Piris e Gonçalves-Segundo (2023) apresentam um interessante histórico da constituição da argumentação na interação, em que situam o movimento interacionista nas ciências humanas e da linguagem. Em suma, os autores comentam que a ideia de considerar a argumentação por uma perspectiva interacional surge no final dos anos 1970, nos Estados Unidos, com Willard, o qual postula que a complexidade e a particularidade da interação argumentativa consistem numa “atividade cooperativa que envolve ação conjunta, significados intersubjetivos e acomodações para pessoas e instituições” (Willard, 1989, p. 40). Duas décadas depois, na França, Vion (1992) também desenvolve essa perspectiva de argumentação como ação conjunta, conflitante e cooperativa entre dois ou mais atores, inscritos num quadro social e sujeitos a regras da ordem da interação. No entanto, é Plantin quem, na década de 1990, atribui contornos mais precisos do que viria a se tornar a perspectiva interacional da argumentação.

Baseado no postulado de que todo discurso é uma realização interacional, Plantin (1996, p. 11) postula a distinção entre a interação conversacional (cf. Kerbrat-Orecchioni, 2006) e a interação argumentativa, por esta se desenvolver com base em um desacordo e se apresentar como “uma situação de confronto discursivo durante o qual são construídas respostas antagonistas a uma questão”, caracterizando-se pela presença da oposição de discursos, pela diferença problematizada em uma questão argumentativa, pelos atos argumentativos de propor, opor-se e duvidar, que são associados a três papéis de atuação no ato argumentativo, a saber: Proponente (que realiza o ato de propor); Oponente (que realiza o ato de se opor); Terceiro (que questiona as razões tanto do Proponente quanto do Oponente, abrindo uma nova perspectiva sobre a questão argumentativa).

Anos depois, apoiado na teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987), Plantin (2008) formula um modelo de análise argumentativa que amplia o alcance da perspectiva interacional da argumentação para além das interações prototípicas do diálogo face a face, que caracterizam os discursos argumentativos poligeridos ou dialogais, passando a abranger também os discursos argumentativos monogeridos ou monologais, reconhecidos como enunciados que representam as vozes do discurso e do contradiscurso presentes na enunciação de um locutor, instância subjetiva recoberta pela figura do ator social da argumentação.

Assim, Plantin (2008) articula a teoria das interações verbais (cf. Kerbrat-Orecchioni, 2006), para mobilizar a análise de argumentações que se organizam na forma prototípica do diálogo que “supõe o face a face, a linguagem oral, a presença física dos interlocutores e a contínua sequência de réplicas relativamente breves” (Plantin, 2008, p. 65), com a teoria polifônica da enunciação (cf. Ducrot, 1987), para acolher o discurso monolocal, sem perder de vista que a dimensão dialógica da argumentação está presente tanto no discurso monolocal quanto no dialógico, já que “é comum que um turno de fala, necessariamente dialógico, seja também dialógico” (Plantin, 2016, p. 323, tradução nossa). Vale ressaltar que Plantin emprega o termo “dialógico” não no quadro filosófico do Círculo de Bakhtin, mas na concepção ducrotiana de polifonia enunciativa. A esse respeito, Pires e Azevedo (2021, p. 34) já sinalizam que Plantin não vê a argumentação “como uma atividade exclusivamente dialógica ou exclusivamente monolocal, de modo que as análises podem eleger tanto as interações face a face quanto as interações no ‘interior’ dos discursos monogeridos”.

A perspectiva interacional da argumentação desenvolvida por Plantin e por Grácio caracteriza-se também por ser uma proposta integradora da argumentação, uma vez que o autor entende que seu modelo “inscreve-se no quadro de uma abordagem dialógica a partir da qual podemos reconstruir uma visão global do campo [da argumentação], reatar os vínculos da argumentação pela prova e pelas emoções e fundar uma perspectiva comparada” (Plantin, 2008, p. 24), mobilizando para a análise as dimensões retórica, dialética, lógica e sociosemiótica (discursiva, pragmática, enunciativa, linguística) da argumentação, assim como também preconizam Padilla *et al* (2011) e Gonçalves-Segundo (2024).

METODOLOGIA

Segundo Gil (2008, p. 27), as “pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, realizando-se por meio de levantamento bibliográfico e documental e estudos de caso. Assim, esta pesquisa assume a abordagem qualitativa/interpretativa e, do ponto de vista de seus objetivos, apresenta-se como exploratória, realizando-se por meio de procedimentos técnicos bibliográfico, documental e de estudo de caso.

A seleção do *corpus*, ao adotar como critérios de inclusão textos coproduzidos a partir de 2024, textos constituídos pela interação argumentativa, textos orais ou multimodais com materialidade oral, textos que materializam a discussão de um tema social controverso, elege para análise (1) um debate entre quatro deputadas federais sobre os direitos das mulheres, (2) um debate entre dois professores sobre se o governo deve proibir celulares nas escolas, (3) dois debates entre duas deputadas, cada debate, sobre o Projeto de Lei 1904/24, que “equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive no casos de gravidez resultante de estupro” e (4) controvérsia sobre redução da jornada de trabalho e o fim da jornada 6x1xxxx.

O procedimento de análise enfoca o contexto sócio-histórico da controvérsia em questão e o quadro situacional de comunicação (nível pragmático), bem como os tópicos (*topoi*), os esquemas argumentativos e os procedimentos ilativos (nível global), além das marcas linguístico-enunciativas da argumentação (nível local). Para isso, adota o modelo de Padilla, Douglas e López (2011), que apresenta um percurso analítico em três níveis:

- 1) No nível pragmático, examina-se o contexto situacional da argumentação, observando o lugar institucional que rege os gêneros do discurso, a situação particular concretizada num tempo-espaço dado e os respectivos participantes (orador e auditório) e o contexto polêmico ou a base de desacordo que separa os participantes e define os parâmetros de um quadro de discussão numa interação argumentativa.
-

-
- 2) No nível global, analisam-se as categorias estruturais da argumentação, considerando que “[...] a partir da atualização de um problema (objeto de discussão), um enunciador elabora uma tese e, para demonstrá-la, parte de um conjunto de premissas, por vezes não explícitas, e mostra que não é possível admiti-las sem também aceitar a conclusão que a subjaz” (Padilla; Douglas; López, 2011).
- 3) No nível local, são estudadas as estratégias discursivas da argumentação, isto é, as marcas linguístico-enunciativas da argumentação. Segundo Padilla, Douglas e López (2011, p. 44), trata-se de analisar os recursos discursivos que dão pistas de como ler um texto argumentativo, com o fim de determinar como o enunciador apresenta e avalia discursivamente as vozes que ele introduz em seu próprio texto, a tese que ele sustenta, a tese contrária, as concessões que ele faz aos posicionamentos contrários aos seus, as premissas ele dá por supostas e os argumentos ele se sustenta. Em outras palavras, a análise recai sobre as estratégias linguísticas que mostram como a subjetividade do enunciador na língua “monitora” sua própria voz e a entrecruza com outras vozes que se instalam no diálogo interdiscursivo.
-

INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL

A infraestrutura para a execução deste projeto compreende a sede do Centro de Estudos sobre Discurso e Argumentação, localizada na sala 126, 1º andar do pavilhão Waldir Pires, UESC, bem como as salas de aulas do Departamento de Letras e Artes. Abrange o acervo da biblioteca da UESC, o acervo pessoal do coordenador do projeto e os textos disponibilizados na internet.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes. Argumentação erística nas interações digitais: uma polêmica médica sobre a cloroquina no Debate 360 da CNN Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2289-1333, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.29.4.2289-1333>
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.
- DAMASCENO-MORAIS, R. Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação. In: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. G. S. (orgs.). *Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos*. Natal: EDUFRN, 2020. p. 143-169. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30395>
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Afinal, o que é um argumento? *Linha D'Água*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 197-227, 2024a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/221360>.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. O lugar do argumentário nos estudos da argumentação: discutindo conceitos e procedimentos de análise. In: AZEVEDO, I. C. M.; PIRIS, E. L. (orgs.). *Argumentação e discurso na multidisciplinaridade*. Campinas: Pontes, 2024. p. 171-197.
- GRÁCIO, R. A. *Para uma teoria geral da argumentação: Questões teóricas e aplicações didáticas*. Tese (Doutorado em Comunicação). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010. p. 178-196. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12486>
- GRÁCIO, R. A. Do discurso argumentado à interação argumentativa. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 1, n. 1, p. 117-128, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/388>
- LEITÃO, S. O lugar da argumentação na construção do conhecimento em sala de aula. In: LEITÃO, S.; DAMIANOVIC, M. C. *Argumentação na escola: o conhecimento em construção*. Campinas: Pontes, 2011. p. 13-46.
-

